

Nome: Dina Miragaia e Bruno Travassos
Email: miragaia@ubi.pt

Contributo:

O Desporto é um meio que permite o desenvolvimento de qualquer sociedade.

A sua intervenção abrange um leque de sistemas com grande significado para a sustentabilidade de qualquer país, estamos a falar, nomeadamente, da Educação, Saúde, Turismo, Espectáculo Desportivo, Federativo.

A estruturação de uma política desportiva que integre os vários sistemas é essencial, de forma a evitar intervenções pontuais, que se mostram pouco rentáveis nos impactos económicos, sociais, culturais, que provocam.

Contudo, a estruturação dessa política não pode ficar limitada a um conjunto de orientações.

É urgente que se faça também o debate sobre as medidas de operacionalização dessas orientações, de uma forma integrada e coerente, com vista à obtenção de uma estrutura do desporto nacional que seja sustentável.

Para que se consiga definir uma política desportiva sustentável é necessário que:

(1) se explicitem os objectivos que se pretendem para o desporto nacional;

(2) e que esses objectivos sejam entendidos e aceites pelos vários agentes desportivos que integram os vários sistemas (Educação, Saúde, Turismo, Espectáculo Desportivo, Federativo.), gerando assim um envolvimento, uma responsabilização, uma canalização de "forças" pelo alcance de um rumo que é do interesse de todos alcançar, considerando, naturalmente, as especificidades que cada um destes sistemas possa ter.

Definidos e interiorizados os objectivos, estarão reunidas as condições para definir a estratégia operacional com vista à sua obtenção.

A definição dessa estratégia operacional deve salvaguardar as especificidades das realidades desportivas que actualmente caracterizam as diferentes regiões do nosso país. Esta será uma forma de evitar um dos erros crassos feito no passado relativo à forma desgarrada como foram distribuídos equipamentos desportivos pelo país e que actualmente é evidente a sua ineficiência pelas mais diversas razões, de todos conhecidas (ex: implementação homogénea de equipamento desportivo por todo o país independentemente das necessidades da população em que muitos deles estão desde há muito inutilizados, ausência de equipamento desportivo em zonas onde a densidade populacional é muito elevada e curiosamente existe procura por parte da população, não adequação dos equipamentos às necessidades e motivações das populações, falta de fiscalização desses equipamentos que levanta muitos problemas de segurança).

Assim quando se fala de equipamentos desportivos e território como um dos aspectos a considera na estruturação de uma política desportiva à que considerar que não se trata de uma questão de definir as quantidades e tipos de infra-estruturas (ex: piscinas, pistas de atletismo, campos de futebol, pavilhões, entre outros) a construir em determinado local e perante o qual à que ter alguns cuidados do ponto de vista urbanístico.

O debate sobre equipamentos desportivos e território deve focar como aspecto central, a qualidade de vida das populações, para a qual o desporto é uma

peça essencial. Desta forma, um projecto de implementação de um qualquer equipamento desportivo deverá ter subjacente um projecto de gestão e rentabilização a médio prazo que seja credível nas suas diferentes vertentes (desportiva, financeira, social, cultural, económica).

Proporcionar qualidade de vida às populações, não se faz simplesmente pela existência de infra-estruturas desportivas, é necessário criar dinâmicas que incentivem a população em geral à prática desportiva, e para tal, são necessários profissionais capazes de adequarem programas desportivos em função das diferentes realidades populacionais.

Assim, definir uma estratégia sustentável no que se refere aos equipamentos desportivos passa por diagnosticar claramente a actual realidade, procurando a resposta a questões como as que a seguir serão apresentadas:

- (1) Quais as realidades locais no que se refere às necessidades da população a vários níveis, nomeadamente, saúde, educação, lazer, etc?
- (2) Qual a vocação dos diferentes agentes desportivos para a dinamização e rentabilização desses espaços?
- (3) Quais os hábitos desportivos?
- (4) Quais os níveis de sedentarismo?
- (5) Quais níveis de envelhecimento da população?
- (6) Que equipamentos já existem?
- (7) Qual a taxa de utilização dos equipamentos que existem? Com que tipo de prática?
- (8) Qual o tipo de utilizador?
- (9) Que relação existe entre Escolas/Clubes/Autarquias?
- (10) Entre tantas outras.

Se estas questões forem aplicadas nas diferentes regiões será possível obter uma matriz de cariz quantitativo/qualitativo que explicita os pontos fortes e fracos das regiões em particular e do país em geral e portanto tratar-se-á de um instrumento de tomada de decisão estratégico fundamental.

Através deste será possível, perceber não apenas as necessidades de cada uma das partes, mas de um distrito, de uma região. Este deverá levar a um plano de infra-estruturas, e promoção de actividades desportivas, integrado em políticas intermunicipais e regionais, que visem a criação de respostas estratégicas, rentáveis, acabando com alguns dos egocentrismos que a médio prazo se revelam erros crassos.

Para que este processo surta o seu devido efeito, é ainda necessário o reajustamento das regras de financiamento a infra-estruturas desportivas, pois por diversas vezes estas condicionam quer os autarcas, quer os clubes a um sobredimensionamento de infra-estruturas para que possam receber alguns apoios do estado, o que a médio prazo se revelará também muito gravoso para essas entidades, uma vez que os seus custos de manutenção aumentam de uma forma exponencial, sem que exista um mesmo retorno ao nível da procura.

Face ao exposto julgamos que a implementação e gestão de equipamentos desportivos não pode ser um fim em si mesmo, mas ser uma das alavancas, de uma estratégia de incentivo à promoção do desporto nacional.